

DESCONSTRUINDO A LINGUAGEM DA/NA TRADIÇÃO: UM NOVO OLHAR PARA A TRADUÇÃO

Élida Paulina Ferreira¹
Fábio Pereira da Silva²

Recebido em 30/10/2017. Aprovado em 04/01/2018.

Resumo: Discutiremos problemas de representação na e pela linguagem, relacionando-os à desconstrução do signo saussuriano, à promessa de escrita fonética e à impossibilidade de tradução como cópia ou de reprodução enquanto tal de outro texto. Abordaremos a desconstrução da concepção de linguagem como mera representação da realidade e de seus impactos sobre a noção de escrita e de tradução, que é o nosso principal objeto de reflexão.

Palavras-chave: Linguagem. Desconstrução. Tradução. Escrita. Jacques Derrida.

Desconstruindo a linguagem da/na tradição

A ideia de que a linguagem reproduz a realidade ou a cria por força do verbo divino existe desde tempos imemoriais e pode ser encontrada nas narrativas mitológicas de inúmeras culturas (ELIADE, 1999). No âmbito ocidental, o legado filosófico dos gregos e da religião judaico-cristã somente reiterou tal concepção da linguagem, a qual geralmente está subordinada a uma lógica imanente e fundacional — inata à razão humana ou reflexo do pensamento de Deus — que supostamente garante a certeza da apropriação da coisa-em-si pelo sujeito pensante.

O estruturalismo, com Ferdinand de Saussure (2006, p. 79), esboça uma primeira crítica científica a essa noção tradicional de linguagem, cuja consequência é encarar a língua como uma nomenclatura correspondente à coisa enquanto tal. Cada língua, por mais distinta que fosse, teria palavras diferentes que equivaleriam a uma realidade única, concreta ou abstrata. Nessa mesma linha, a tradução interlingual seria simplesmente uma

¹ Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAM). Professora Titular do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professora permanente do Mestrado em Letras: Linguagens e Representações (UESC).

² Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações/UESC.

operação de substituição de signos correspondentes à mesma coisa. Para traduzir, por exemplo, a ideia de ‘cavalo’ em português, teríamos simplesmente os significantes equivalentes *equus* em latim, *ἵππος* em grego, *horse* em inglês, *Pferd* em alemão. A tradução seria, portanto, capaz de expressar, para além das especificidades de cada cultura e de cada localidade, uma significação universal. Esse significado, por sua vez, estaria fundamentado num *logos* estruturante da razão humana, que lhe garantiria validade transcendental.

O estruturalismo saussuriano negará essa concepção de língua ao formular a tese da arbitrariedade do signo linguístico, segundo a qual “o signo une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p. 80). Nesse sentido, a tradução já não seria uma mera transposição duma língua para outra, uma vez que o recorte que cada idioma faria da realidade estaria intimamente ligado à forma peculiar de cada cultura perceber e organizar sua experiência. Como resultado do processo arbitrário de nomeação do mundo, teríamos a própria existência de línguas diferentes e a diferença entre as línguas. A tradução não poderia, nessa concepção, significar a mera transferência, ou mesmo transparência, de uma nomenclatura a outra, pois a construção da realidade seria também uma atividade linguística variável de acordo com a diversidade das culturas.

Mas, embora Saussure admitisse a arbitrariedade do Signo, construiu esse conceito retomando as categorias binárias significado e significante, identificando o som (phoné) à verdade da língua (o significado) e definindo a escrita como mera representação da fala.

Essa teorização advinda da linguística estrutural e, particularmente, o seu fonocentrismo, foi objeto da crítica de Derrida (2004). Para o filósofo, o privilégio milenar que a palavra-som sempre teve na história da *episteme* do Ocidente liga-se à exterioridade da escrita, e mesmo da tradução.

Sobre a concepção saussuriana de escrita, o filósofo argumenta:

Saussure retoma a definição tradicional da escritura que já em Platão e em Aristóteles se estreitava ao redor do modelo da escritura fonética e da linguagem de palavras. Lembremos a definição aristotélica: “Os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma, e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz”. Saussure: “Língua e escritura são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do

segundo é *representar* o primeiro”. (DERRIDA, 2004, p. 37, grifo do autor).

A passagem derridiana mostra-nos claramente que, na visão de Saussure, primeiro temos os sons, que *representam* a realidade diretamente através dos pensamentos; depois, temos a escrita fonética que, numa segunda derivação, *representa* os sons da fala. Trata-se, portanto, de uma atualização do discurso da tradição clássica filosófica. Mas, se a língua não é uma nomenclatura, se não há equivalência entre as palavras e as coisas, não pode haver também representação direta do pensamento-coisa pela linguagem nem da escrita pelos sons da fala. Deriva daí também a visão da tradução como uma mera passagem de uma língua a outra, o que contradiz, reiteremos, a pedra fundamental do edifício teórico saussuriano, a ideia de arbitrariedade do signo.

Ao apontar essa contradição e a crítica ao signo saussuriano, a desconstrução derridiana atua reconfigurando os limites da linguagem e do seu conceito. Derrida (2004, p. 7-8) dirá que o problema da linguagem nunca foi um problema entre outros e que a “inflação” do signo linguagem é a inflação do próprio signo, que indicia uma crise:

Esta crise é também um sintoma. Indica, como que a contragosto, que uma época histórico-metafísica *deve* determinar, enfim, como linguagem a totalidade de seu horizonte problemático. Deve-o não somente porque tudo que o desejo quisera subtrair ao jogo da linguagem é retomado neste, mas também porque, simultaneamente, a linguagem mesma acha-se ameaçada em sua vida, desamparada, sem amarras por não ter mais limites, devolvida à sua própria finidade no momento exato em que seus limites parecem apagar-se, no momento exato em que o significado infinito que parecia excedê-la deixa de tranquilizá-la a respeito de si mesma, de contê-la e de cercá-la.

Nesse momento, dessa crise de inflação, digamos assim, que a linguagem está “sem amarras”, que está entregue ao seu jogo, no qual sempre um signo está no lugar de outro signo; que a linguagem deixa-se resumir sob o nome de escritura. Vale dizer que a escritura compreenderia a linguagem e o próprio significado de escritura já se colocaria no jogo da linguagem como significante do significante, pois, como aponta Derrida (2004, p. 8),

Não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas significantes, que constitui a linguagem. O advento da escritura é o advento do jogo; o jogo entrega-se a si mesmo, apagando o limite a partir do qual se acreditou poder regular a circulação dos signos,

arrastando consigo todos os significados tranquilizantes, reduzindo todas as praças fortes, todos os abrigos do fora-do-jogo que vigiavam o campo da linguagem.

O aspecto importante para o qual o filósofo aponta é que, se a linguagem está entregue ao jogo, pois no lugar de um signo sempre há outro signo, então não há signo significado em si, seja falado ou escrito. Assim, a representação derivada que é atribuída à escrita, na nossa tradição filosófica e linguística, deve ser deslocada, tanto quanto os significados de “representação” e de “derivada”. Também não se sustenta a oposição estanque entre fala e escrita, que no jogo da linguagem já funcionam como escritura, ou seja, em qualquer situação linguageira sempre um signo substitui outro signo na constituição dos significados numa cadeia de significação.

Assim, defendemos que o jogo da escritura é o jogo da linguagem e é o jogo da tradução.

Um novo olhar sobre a tradução

A desconstrução da visão representativista da linguagem, tendo minado os fundamentos mesmos da representação clássica, traz consequências significativas para o campo da tradução. E, diante dessa desconstrução da linguagem, já não poderá haver uma tradução entendida como transporte, transferência de significados prévios ao trabalho construtivo do sujeito-tradutor.

A tradução, tomando-se a perspectiva da tradição, está baseada no dualismo sígnico (expresso em termos da soma de significado + significante), que se desdobra em outra dicotomia, a saber: *tradução literal* versus *tradução do sentido*. Sobre essa dualidade, no ano 395-6 d.C. São Jerônimo (1995, p. 63), um dos grandes expoentes da filosofia patrística da Igreja medieval, tradutor das Escrituras direto do hebraico para o latim, argumentou:

Exprime-se uma coisa com propriedade por uma única palavra? Não tenho o direito de retirar seja o que for e, quando procuro preencher uma frase com um largo rodeio, desperdiço as vantagens de um caminho mais curto. Vêm os meandros dos hipérbatos, as dessemelhanças formais, enfim, o gênio vernacular, para chamar-lhe assim, da língua. Se traduzo palavra a palavra, torna-se absurdo; se, por necessidade, modifico por pouco que seja a construção ou o estilo, parecerá que me demito da tarefa de tradutor.

O conflito aporético entre forma e conteúdo que transparece nesse discurso reverberará, na tradição ocidental, na visão do tradutor como possível traidor. Se solucionar o problema de maneira “competente”, de acordo com uma determinada ideia convencional de fidelidade a um texto considerado original, o tradutor será um “bom” profissional. Se, ao contrário, não atender a essas expectativas de “boa” tradução na resolução da adição de significante e significado, o tradutor será naturalmente visto como incompetente. Em outras palavras, terá traído o texto original. Lembremos que São Jerônimo, na *Carta a Pamáquio*, defendia-se de acusação de heresia (JERÔNIMO, 1995).

O pressuposto desse modo de ver a tradução é exatamente a concepção idealista da linguagem como representação da realidade, como sua cópia ou simulacro. Essa concepção é, também, adotada pela tradição linguística dos estudos da tradução (JAKOBSON, 1973; CATFORD, 1965; NIDA, 1966), quando se constituem teorias baseadas nos conceitos de equivalência e de fidelidade.

Contrariando frontalmente essa concepção, os estudos ancorados na desconstrução (ARROJO, 1992; OTTONI, 2005; OLIVEIRA; SACRAMENTO; FERREIRA, 2014) não presumem a preexistência de um significado transcendental a ser encarnado numa matéria significante, e assumem a indissociabilidade de significado e significante. Como consequência dessa indissolução das fronteiras intrassígnicas, pode-se inaugurar uma nova compreensão do fenômeno da tradução e redefinir a tarefa do tradutor não mais como um traidor em potência, mas simplesmente como um sujeito que está no jogo da escritura construindo significados.

Com a desconstrução, a tradução rompe com o conceito de adequação, ou seja, a definição do que é tradução e de quais são suas qualidades torna-se uma questão muito mais complexa do que aquela normalmente evidenciada pela concepção tradicional. Como foi visto anteriormente a partir da crítica derridiana ao signo saussuriano, se não há um sentido dado na origem nem um significado transcendental, os sentidos, incluindo aí o próprio sentido do que seja tradução, constroem-se sempre a partir de uma leitura e, portanto, pela intervenção de um sujeito.

Tomemos a discussão/tradução de Derrida (2000, p. 13) em torno da palavra “relevante” na sua leitura de *O Mercador de Veneza*, para ampliarmos a reflexão sobre a impossibilidade de um significado transcendental. O autor parte, desde o título, de uma pergunta fundamental, a saber: “O que é uma Tradução ‘Relevante’?” e, ao invés de

considerar a palavra enquanto unidade de expressão de uma ideia e, portanto, contendo um significado *ante re* encarnado na ossatura significante, parte precisamente da não identidade a si da palavra, ao colocá-la entre aspas.

Ao discutir a palavra *relevant*, o filósofo levanta problemas que – por indução – podemos generalizar como válidos para o estatuto de toda palavra:

O que acontece com esse vocábulo “*relevant*”? Ele tem todos os traços dessa unidade de linguagem que denominamos, familiarmente, uma palavra, um corpo verbal. Muitas vezes esquecemos, nessa familiaridade mesma, o quanto a unidade ou a identidade, a independência da palavra permanece uma coisa misteriosa, precária, pouco natural, quer dizer, histórica, institucional e convencional. Não há palavra na natureza (DERRIDA, 2000, p. 16).

Quando se postula que “não há palavra na natureza”, a primeira conclusão que se pode tirar é que o significado de cada vocábulo não é dado naturalmente, mas é uma construção decorrente de sua própria história de uso. Em não havendo palavra na natureza, não há também significado na natureza nem natural, pois não pode haver uma língua primeva, pura, paradisíaca ou adâmica. Essa foi a preocupação primeira de Saussure ao questionar o conceito comum de que a língua consiste num conjunto de nomes *naturalmente* ligados às coisas que designariam. Em contraste com esse realismo estreito, ele teorizou que as palavras (mais propriamente os signos linguísticos) são fruto de uma mera convenção social e que, portanto, não haveria um “liame *natural*” com a realidade (SAUSSURE, 2006, p. 83). Mas, como demonstra Derrida (2004), o fundador da ciência linguista não conseguiu assumir todas as consequências de suas críticas, justamente por se manter preso ao logocentrismo da tradição. Saussure fundamenta a sua ciência em termos de significante/significado, língua/fala, fala/escrita como representação da fala, sintagma/paradigma e assim por diante, tal como a interpretação mais corrente de Platão, que bifurca a realidade em um mundo ideal, eterno, essencial, perfeito, de um lado, e, do outro, o mundo real, efêmero, contingente, imperfeito. Ou seja, existe uma metafísica subjacente ao edifício pretensamente científico (que, por isso mesmo, seria antimetafísico, empírico, positivista) do estruturalismo saussuriano. Este defende a arbitrariedade do signo com justeza, mas em seguida continua teorizando como se não estivesse lidando com o próprio objeto de sua reflexão, a linguagem e seu jogo.

Ora, a desconstrução derridiana questiona essa “indiferença” de Saussure com seu próprio conceito:

A tese do *arbitrário* do signo (tão mal denominado, e não só pelas razões que mesmo Saussure reconhecia) deveria proibir a distinção radical entre signo linguístico e signo gráfico. Sem dúvida, esta tese se refere somente, no *interior* de uma relação pretensamente natural entre a voz e o sentido em geral, entre a ordem dos significantes fônicos e o conteúdo do significado ("o liame natural, o único verdadeiro, o do som"), à Necessidade das relações entre significantes e significados determinados. Somente estas últimas relações seriam regidas pelo arbitrário. No interior da relação "natural" entre os significantes fônicos e seus significados *em geral*, a relação entre cada significante determinado e cada significado determinado seria "arbitrária" (DERRIDA, 2004, p. 53-54, grifo do autor).

Em outras palavras, Derrida desvela aqui o problema ao qual tende o conjunto do pensamento filosófico e científico ocidental (a *episteme*), que é a busca de um sentido fundamental, de uma origem, enfim, de um fundamento último, encarnado, neste caso, na tentativa de explicação da "natureza" do signo linguístico. Por isso, recorre-se, em geral, à diferenciação entre algum fenômeno pertencente à ordem da natureza e outro pertencente ao mundo da cultura, da convenção, da criação humana. É, portanto, na busca de alguma coisa da ordem da *originalidade* que se encontram diferentes concepções epistêmicas de que trata a desconstrução.

Essas concepções refletem, é claro, na especulação de filósofos e linguistas, assim como em construtos míticos de várias tradições religiosas, acerca da existência de uma língua rousseauísta em estado de natureza. Mas isso só demonstrou, até agora, um desejo de origem. As palavras que compõem o léxico de cada língua e os limites entre elas, intra- e interlinguisticamente nem sempre podem, se considerarmos sua historicidade, ser delineados.

Com toda essa discussão, impossível é negligenciar as consequências fundamentais que essa teorização traz para o campo de estudos da tradução e, por isso mesmo, da prática da tradução. O que se questiona, do ponto de vista da desconstrução, não é a "boa" ou a "má" tradução, nem qual seja a mais relevante.

Para Derrida (2000, p. 17, grifo do autor) temos de responder, afinal:

O que é dito "*relevant*", na maior parte das vezes? Aquilo que parece mais certo, pertinente, a propósito, bem-vindo, apropriado, oportuno, justificado, bem afinado ou ajustado, surgindo de forma adequada lá onde

é esperado - correspondendo, como deve ser, ao objeto ao qual se referem o gesto dito relevante, o discurso relevante, a proposição relevante, a decisão relevante, o discurso relevante, a tradução relevante. Uma tradução relevante seria, portanto, simplesmente uma "boa" tradução, uma tradução que faz tudo o que nela se espera, uma versão em suma, que cumpra sua missão, honra sua dívida e faz seu trabalho ou seu dever, inscrevendo na língua de chegada o equivalente mais "*relevant*" de um original, a linguagem *a mais* precisa, apropriada, pertinente, adequada, oportuna, unívoca, idiomática etc.

Derrida busca explicar o que seria isso que se chama de "*relevant*". Como se pode notar, na sua retórica, primeiramente considera a tradução "relevante" identificando-a com a visão corriqueira do que seja o ofício da tradução. Nesse sentido, qualquer tradução que buscasse uma equivalência de conteúdo/forma do texto traduzido com um suposto original estaria igualmente enquadrada no que é dito "na maior parte das vezes" sobre uma tradução relevante. As línguas deveriam, nesse caso, exprimir o máximo possível de simetria em seus níveis linguísticos. Como se sabe, mesmo as línguas consideradas de uma mesma família, bastante semelhantes na semântica e na morfossintaxe, revelam diferenças muito acentuadas nesses mesmos níveis em que se aproximam.

Uma tradução relevante seria, ainda, acompanhando o argumento de Derrida, aquela que cumpre sua missão, honra sua dívida e faz seu trabalho ou seu dever. Ora, mas como vimos discutindo, não há a possibilidade de nomear as coisas enquanto tais, pois não há na relação significado/significante nada que seja natural e responda por uma verdade primeira. Portanto, qual é a missão da tradução? Restituir o sentido? Mas que sentido? Derrida (2000, p. 18) encaminha a sua discussão em torno da palavra "*relevant*" afirmando que não crê que nada seja sempre intraduzível nem traduzível e se pergunta ainda a que conceito de tradução seria possível recorrer para que um tal axioma não seja ininteligível e aceitável.

A tradução, sob essa perspectiva, contrai o estranho compromisso de necessidade e impossibilidade de dizer o mesmo. E, nesse ponto, ao tentarmos identificar o que seria uma tradução relevante, esbarraríamos novamente na possibilidade mesma da tradução e do que seria "tradução".

Derrida (2000, p.18-19) expõe da seguinte maneira o problema:

Ora, não creio que nada seja sempre intraduzível - nem traduzível, aliás. Como podemos ousar dizer que nada é traduzível, tanto quanto nada é intraduzível? A que conceito de tradução é necessário apelar para que

esse axioma não seja simplesmente ininteligível e contraditório: “nada é traduzível ou nada é intraduzível”? Na condição de uma certa *economia* que aproxima o traduzível do intraduzível. “Economia”, aqui, significaria duas coisas, *propriedade* e *quantidade*: por um lado, aquilo que concerne à lei da *propriedade* (*oikonomia*, a lei, *nomos*, daquilo que é próprio, apropriado a si, em casa – e a tradução é sempre uma tentativa de aproximação que visa transportar para casa, na sua língua, o mais decentemente possível, da maneira mais relevante possível, o sentido mais próprio do original, mesmo se for o sentido mais próprio de uma figura, de uma metáfora, de uma metonímia, de uma catacrese ou de uma indecível impropriedade) e, por outro, à lei de *quantidade*: quando se fala em economia, fala-se sempre de quantidade calculável. Uma tradução relevante é uma tradução cuja economia, nesses dois sentidos, é a melhor possível, a mais apropriante e a mais apropriada possível.

Subliminarmente à discussão, ainda reside a pergunta: mas, ainda, o que é tradução? Relevante? Econômica? Apropriante? Derrida busca dizer “o que é” para indicar o limite. Seguindo a argumentação do filósofo, podemos argumentar que, numa concepção tradicional, traduzir implicaria conduzir um texto de uma determinada língua para outra, numa espécie de transporte de sentidos supostamente correspondentes. Um texto em inglês, por exemplo, esteja ele em sua forma padrão ou dialetal, o importante é considerar o conteúdo equivalente de uma a outra língua. Por outro lado, considerando-se, de forma hipotética, que os tradutores dominem de modo completo as línguas e culturas que são objeto de seu trabalho, deve-se concluir que nada seria, para eles, intraduzível. As notas de rodapé seriam suficientes para expressar “as intenções, o querer-dizer, as denotações e sobredeterminações semânticas, os jogos formais daquilo que chamamos de original” (DERRIDA, 2000, p. 20). Mas, a prática da tradução tem se mostrado bem mais complexa, admite o filósofo.

E aí, ainda a questão da economia, ou seja a equivalência quantitativa, em face das assimetrias lexicais. Vale dizer que dificilmente temos na tradução uma correspondência palavra a palavra de uma língua a outra. A prática da tradução claramente contradiz essa possibilidade, pois existem traduções em determinadas línguas que exprimem em maior número de palavras o que a outra expressa em número muito menor.

Derrida (2000, p. 21) aponta que a tradução relevante seria aquela que:

traduzindo o sentido próprio de uma palavra, seu sentido literal, quer dizer, determinado e não figurativo, impõe-se como lei ou como ideal, embora permaneça inacessível, traduzir não palavra a palavra, mas de permanecer, apesar disso, tão perto quanto possível da equivalência de “uma palavra por uma palavra”.

Todavia, evidencia o jogo da significação e as consequências para esse jogo das assimetrias entre as línguas da tradução:

cada vez que há várias palavras em uma, ou na mesma forma sonora ou gráfica, cada vez que há efeito de homofonia ou de homonímia, a tradução, no sentido estrito, tradicional e dominante desse termo, encontra um limite intransponível - e o começo de seu fim, a configuração de sua ruína... (DERRIDA, 2000, p. 21).

A partir da reflexão em torno da tradução da “tradução relevante”, podemos sustentar que dizer o mesmo que o original, ou de mostrar o mesmo que o original mediante o uso de aproximações formais, é uma dificuldade intrínseca ao trabalho da tradução. Onde houver duas línguas e um profissional da tradução, haverá uma batalha pelo encontro do sentido e da forma correspondentes ao “original”, principalmente se pesa nos ombros do tradutor a sabedoria dos séculos passados. Por outro lado, se considerarmos uma concepção de tradução que, dentro da tradição e em contradição com ela, encara seu objeto de um ponto de vista das diferenças, devemos ponderar sobre o que afirma Derrida (1998, p. 62):

Os textos traduzidos nunca dizem a mesma coisa que o texto original. Sempre acontece algo novo. Inclusive, ou sobretudo, nas boas traduções. Há transformações que respondem, por um lado, à transmissão em um contexto cultural, político, ideológico diferente, a uma tradição diferente, e que fazem com que "o mesmo texto" – não existe *um mesmo texto*, nem mesmo o original é idêntico a si mesmo –inclusive no interior da mesma cultura, tenha efeitos diferentes.

Com essa explanação, inaugura-se um olhar sobre a tradução que se distancia, de certa maneira, daquilo que tradicionalmente se tem considerado sobre o assunto. Em primeiro lugar, reconhece-se a complexidade intrínseca ao fenômeno tradutório, ao se postular a inviabilidade de dizer o "mesmo" na tradução. A busca do sentido único e intencional, verdadeiro e último do texto em língua estrangeira, que constitui exatamente a fonte do conflito do tradutor com seu objeto de trabalho, é problematizada. Como o sujeito/tradutor exerce um esforço considerável na interpretação do texto, ou seja, se os sentidos do texto não estão dados, prontos e determinados de uma vez (e o próprio esforço em compreender o texto é uma prova disso), pode-se concluir que decorrem de uma construção. Nesse percurso construtivo de sentidos é que se apresentam dados novos,

significados inéditos, pressupostos impensados e subentendidos inimagináveis que compõem a "mesma" obra em língua diferente.

Além das transformações decorrentes da “recepção” da obra pelo sujeito/leitor/tradutor, há ainda aquelas advindas do “contexto cultural, político, ideológico diferente” e pertencentes a uma tradição diferente, ainda que “no interior da mesma cultura”. É preciso, nesse caso, encarar a tradução em seu sentido mais amplo, quer dizer, em seu contexto institucional, no sentido de organização política da sociedade. O tradutor que parte de uma sociedade e, às vezes até mesmo de uma civilização diferente, precisa transformar sua obra para tentar captar nuances de significado cultural para que seu leitor a compreenda.

Decerto, a tradução de obras literárias e filosóficas fundadoras da chamada tradição ocidental, como a *Ilíada* de Homero, *A República* de Platão ou o *Pentateuco* hebreu, por sua distância cultural e temporal da mesma civilização certamente sofrem esse tipo de transformações. Considere-se ainda a recepção de traduções dessas obras em diversas partes do hemisfério ocidental e, sem dúvida, será difícil generalizar afirmando que um grego, um alemão, um americano e um brasileiro do interior do Nordeste, por exemplo, encontrarão ali os mesmos significados.

Vista sob esse aspecto, a tradução exprime a complexidade inerente ao contexto, à recepção, à importância socialmente atribuída à obra. Assim, a tradução não está circunscrita ao domínio formal, tão-somente de estruturas gramaticais ou de conjuntos léxicos, facilmente transferíveis.

Podemos ir além, e afirmar que toda tradução, sob a ótica da desconstrução, opera necessariamente um ato de transformação em qualquer texto que, por suas circunstâncias sempre inéditas e sua irrepetibilidade intrínseca, torna a tarefa do tradutor tão criativa quanto a do próprio autor.

Considerações finais

A partir dos deslocamentos teóricos que discutimos, concebemos a tradução como uma escrita, cujo sentido é construído pelo sujeito tradutor que tem diante de si a tarefa de escrever na sua língua um significado que não está dado no “original”, aliás, como diz Derrida, não há original.

A escrita tradutória é marcada pelo corpo-a-corpo com as línguas e o jogo da linguagem. Esse corpo-a-corpo marca a tarefa do tradutor e a necessidade sempre de ler e escrever a partir da língua do outro para fazer falar na sua língua. Esse movimento, nem sempre tranquilo, constrói significados que não são idênticos e carregam as representações dos sujeitos em ação nas e pelas línguas.

REFERÊNCIAS

ARROJO, Rosemary. **O signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas: Pontes, .1992

CATFORD, John. **A Linguistic Theory Of Translation**. Oxford Univ. Press, 1965.

DERRIDA, Jacques. Carta a um amigo japonês. Tradução Érica Lima. In: OTTONI, Paulo (Org.). **Tradução**: a prática da diferença. Campinas: FAPESP, 1998.

_____. **O que é uma tradução “relevante”?** São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Gramatologia**. Tradução Miriam Schnaiderman e Renato Janine. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan P. **Dicionário das religiões**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JAKOBSON, Roman. On linguistic aspects of translation. In VENUTI, L. (Ed.) **The Translation Studies Reader**. London; New York: Routledge, 2004. p. 138-143.

_____. **Linguística e comunicação**. Tradução Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

JERÔNIMO, São. **Carta a Pamáquio, sobre os problemas da tradução**. Tradução Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

NIDA, Eugene A. 1966. Principles of Translation as Exemplified by Bible Translating. In: Reuben A. Brower, ed. **On Translation**. New York: Oxford University Press, 1966. p. 11-31.

OLIVEIRA, Hellen. M. D; SACRAMENTO, Sandra M.; FERREIRA, Élida. Desconstrução da Representação do Feminino e Masculino em Diadorim. **Revista Língua & Literatura**, v. 16, n. 27, p. 94-109, dez. 2014.

OTTONI, Paulo. **Tradução Manifesta**: double bind e acontecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

DECONSTRUCTING LANGUAGE IN TRADITION: A NEW PERSPECTIVE ON TRANSLATION

Abstract: We shall discuss issues on representation in and through language, at the same time we relate it to the deconstruction of Saussure's sign, to the promise of phonetic writing, as well as to the impossibility of translation as reproduction. We approach the deconstruction of language considered as mere representation of reality, and the impacts of such a deconstruction on the notions of writing and translation.

Keywords: Language. Deconstruction. Translation. Writing. Jacques Derrida.